



O BLOCO PRESTA CONTAS

BALANÇO DA ACTIVIDADE DO BLOCO DE ESQUERDA
NA XI LEGISLATURA PARLAMENTAR



ESQUERDA DE CONFIANÇA

O BLOCO PRESTA CONTAS

BALANÇO DA ACTIVIDADE DO BLOCO NA XI LEGISLATURA PARLAMENTAR

O Bloco de Esquerda tem como compromisso com os seus eleitores e todos os cidadãos prestar contas sobre o trabalho que desenvolve o seu grupo de deputados eleitos à Assembleia da República.

Ano e meio depois do início da XI legislatura, agora interrompida, é tempo de dar a conhecer o trabalho realizado e que iremos prosseguir, na apresentação de propostas alternativas à arrogância anti-social do Partido Socialista no Governo, que durante este período negociou com o PSD as medidas de austeridade que conduziram o país à actual recessão económica. O Bloco duplicou a sua representação no Parlamento em relação às anteriores legislativas, e a eleição de 16 deputados permitiu apresentar 345 iniciativas legislativas. Apresentámos as propostas políticas que eram o nosso compromisso com o eleitorado, afirmando o Bloco como uma Esquerda confiança que responde com medidas alternativas aos problemas que

afectam os portugueses, com o desemprego e a precariedade no centro da nossa actividade.

Na Assembleia da República, tal como em toda a sua actividade, o Bloco de Esquerda trabalhou com a determinação de que é necessária e urgente uma governação de esquerda para uma verdadeira política socialista.

OS NÚMEROS DO NOSSO TRABALHO

PROPOSTAS

No último ano e meio de trabalho o **Bloco de Esquerda apresentou 345 iniciativas legislativas, 186 Projectos de Lei e 159 Projectos de Resolução.**

Destes, **32 Projectos de Lei foram aprovados na generalidade, e 17 transformaram-se em lei.** Apresentámos **159 Projectos de Resolução, dos quais 51 foram aprovados.**

Os 16 deputados do Bloco foram, proporcionalmente, os mais produtivos de todas as forças políticas representadas no Parlamento, com uma média de 22 iniciativas apresentadas por cada parlamentar.

PRINCIPAIS INICIATIVAS APROVADAS:

- :: Colocação obrigatória do preço dos medicamentos nas embalagens de venda ao público;**
- :: Estabelece o regime laboral e de certificação e qualificação dos profissionais das artes do espectáculo e do audiovisual;**
- :: Alteração do regime de pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional e Urânio, S.A., e consagração do direito a indemnização emergente de doenças profissionais;**
- :: Utilização de formatos electrónicos livres na administração pública;**
- :: Inclui no Escalão A de comparticipação os medicamentos queratolíticos e antipsoriáticos destinados aos doentes portadores de Psoríase;**
- :: Altera o Código Penal criando o “Crime Urbanístico”;**
- :: Adopção de medidas de protecção das uniões de facto;**
- :: Alteração ao Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário;**
- :: Integra o concelho de Mação na unidade territorial do Médio Tejo;**
- :: Alteração o Código do Registo Civil, permitindo a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento;**

- :: Dispensa gratuita de medicamentos após a alta em situações de cirurgia de ambulatório e de internamento pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS;**
- :: Aprova um novo regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de Inspeção Técnica de Veículos;**
- :: Prorroga por 365 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei que aprova o Código Florestal;**
- :: Alteração ao Código Penal relativa a crimes da responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos;**
- :: Garante o acesso gratuito de todos os cidadãos a serviços mínimos bancários e cria limites a cobrança de despesas de manutenção das contas por parte dos bancos;**

OPOSIÇÃO COM ALTERNATIVAS

Em muitas matérias discordámos com diplomas aprovados pelo Governo. Trouxemos essas medidas para discussão e revisão no Parlamento, na forma de apreciações parlamentares. Elaborámos 26 pedidos de apreciação de diplomas que vieram ao Parlamento para serem debatidos e sobre os quais apresentámos propostas alternativas.

Entre outras matérias, o Bloco opôs-se à eliminação da Área Projecto dos currículos escolares, bateu-se pela actualização do Salário Mínimo Nacional para 2011, esteve contra elimi-



nação dos aumentos do Abono de Família, contra as regras mais apertadas para ter direito ao Subsídio de Desemprego, opôs-se à introdução de portagens nas SCUT, e suscitou a discussão sobre as alterações das comparticipações dos medicamentos ou as mudanças nas carreiras dos professores e educadores de infância.

Considerámos que os cortes salariais na função pública, decididos pelo Governo sem consulta às organizações sindicais, violaram a Constituição Portuguesa, e entregámos no Tribunal Constitucional um pedido de inconstitucionalidade desta medida, defendendo o direito ao salário e a não discriminação destes trabalhadores.

ESCLARECIMENTOS DO GOVERNO

Os pedidos de esclarecimento (perguntas) e requerimentos (pedidos de documentação) foram um instrumento muito útil de fiscalização da actividade do Governo. No entanto, uma grande parte deste trabalho continua ainda sem resposta por parte dos ministérios, secretarias de Estado e outros organismos aos quais solicitámos informações. Fizemos 1613 perguntas ao governo e 487 requerimentos. 442 perguntas continuaram por responder e 155 requerimentos não foram atendidos.

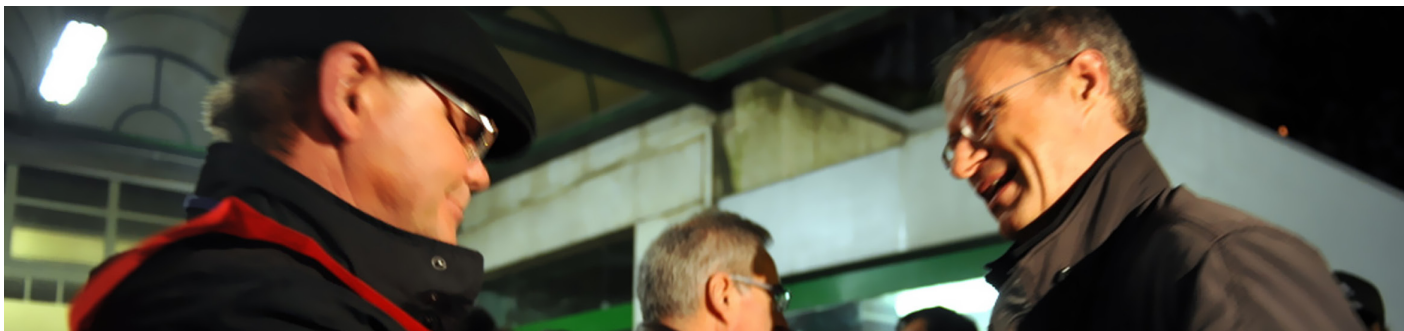
AUDIÇÕES PÚBLICAS

Promovemos 8 audições públicas, sessões de esclarecimento e debate que contaram com a participação de especialistas em temas sobre os quais incidiram os projectos de lei e outras iniciativas apresentadas. Audições que mobilizaram para a Assembleia da República centenas de pessoas e entidades da sociedade civil ligadas a áreas como a saúde, pobreza e políticas sociais, combate à corrupção, alteração do regime da gestão das escolas públicas, cultura, política de emigração, entre outras.

COMISSÕES DE INQUÉRITO

As comissões de inquérito parlamentar permitiram esclarecer a actuação e responsabilidades do Governo em matérias importantes da actividade do Parlamento. O Bloco propôs a realização de duas comissões de inquérito: uma sobre a relação do Estado com a Comunicação Social e sobre a actuação do Governo na compra da TVI, que foi aprovada, sendo o BE o partido relator das conclusões finais, e uma outra sobre as Contrapartidas para o Estado dos contratos de aquisição de equipamento militar, que foi chumbada.

O Bloco participou também na Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação



FRANCISCO LOUÇÃ COM PIQUETE DE GREVE DURANTE A GREVE GERAL DE 24 DE NOVEMBRO 2010

para as Comunicações Móveis e participa ainda na Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate.

Participou ainda na Comissão Eventual contra a Corrupção e participa ainda na Comissão Eventual de Revisão Constitucional e na Comissão Eventual para as questões do Recenseamento Eleitoral.

SAUDAÇÕES E CONDENAÇÕES

Apresentámos dezenas de votos de congratulação ou saudação, e de pesar ou condenação, assinalando, por exemplo, o Dia Internacional da Mulher, a solidariedade com a democracia no Egipto, a congratulação com a revolta popular na Tunísia, a condenação pela lei de censura na Hungria, sauda-

ção à criação de mecanismos europeus de emissão de dívida pública e de coordenação económica contra o desemprego e especulação, a condenação pela destruição do acampamento saharauí Gdaim Izik, em El Aaiún, o pesar pelas vítimas do sismo que atingiu o Haiti, a condenação pelas acções levadas a cabo pelo Governo francês que visaram a expulsão de cidadãos ciganos.

DO LADO DOS TRABALHADORES NAS LUTAS

Os/as deputados/as do Bloco de Esquerda marcaram presença permanente junto dos trabalhadores/as nas suas lutas, na rua, por todo o país. O Bloco solidarizou-se com o protesto dos enfermeiros, dos professores, e dos trabalhadores do



sector dos transportes (CP, Transtejo, Refer, Emef, Fertagus, Metro do Porto e de Mirandela, CP Carga, Carris, STCP, Transportes Sul do Tejo, Rodoviária da Beira Litoral e D'Entre o Douro e Minho e ViaPorto). Esteve junto dos trabalhadores despedidos ou em risco de despedimento, e nos seus protestos. Rhode, Groundforce, Oliva, Unicofa, Casa do Douro, Delphi, Inatel, Amarsul, Alicoop, Páginas Amarelas, Hospital de São Marcos (Braga), Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas, são apenas alguns exemplos. Denunciámos os atropelos aos direitos dos trabalhadores do Hospital de Braga, com gestão do Grupo Mello.

Os deputados do Bloco estiveram presentes nos protestos contra a Barragem do rio Tua, nas manifestações contra a introdução de portagens nas SCUT, de norte a sul do país, na marcha lenta contra a suspensão das obras do Metro Mondego, em defesa do Ramal da Lousã, na manifestação nacional de estudantes do Ensino Superior contra os cortes nas bolsas de Acção Social, no cordão humano contra a privatização dos CTT, no Abraço aos Teatros Nacionais, na manifestação pelos Direitos dos Imigrantes, na Marcha do Orgulho LGBT, na Vigília solidária com Aminetu Haidar e manifestações de solidariedade ao povo Saharaui, nas concentrações em solidariedade com a Palestina ou em apoio a revolta do Egipto.

Participámos nas manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio, da CGTP, da Função Pública, no protesto contra a realização da Cimeira da Nato em Lisboa “Paz Sim, NATO Não”, na manifestação da “Geração à rasca” e aderimos a Greve Geral de 24 de Novembro de 2010.

CAMPANHAS

A defesa dos serviços públicos esteve no centro da actividade do Bloco nesta legislatura. Foram lançadas campanhas em Defesa do Serviço Público ferroviário e Contra a Privatização dos Correios. Indo ao encontro de uma proposta fundamental apresentada no Parlamento, que visa dinamizar o mercado de arrendamento, criar emprego, e congelar a dívida externa para a compra de habitação, o Bloco lançou uma campanha pela Reabilitação Urbana de cerca de 300 mil casas, com dezenas de acções de rua. O aumento crescente do desemprego levou o Bloco a promover uma campanha de recolha de assinaturas para uma petição popular à Assembleia da República, juntamente com uma proposta própria, com o objectivo de aumentar o tempo de duração do subsídio de desemprego, e também a sua atribuição a quem tenha despedido durante meio ano.



HEITOR DE SOUSA EM ACÇÃO DE RUA PELA REABILITAÇÃO URBANA | LEIRIA

EM CONTACTO COM OS CIDADÃOS

O contacto com os cidadãos e o conhecimento dos seus problemas e preocupações é essencial para o trabalho que os eleitos do Bloco desenvolvem no Parlamento.

Respondemos a milhares de cidadãos/ãs que colocaram, por e-mail, carta, telefonemas ou presencialmente as suas questões, reclamações e propostas.

Os deputados fizeram centenas de visitas pelo país, e participaram em reuniões com sindicatos, associações, e os mais diversos institutos e organizações, sempre que foi solicitado ou por proposta nossa.

DENÚNCIAS

Exigimos as explicações que eram necessárias, sobre o negócio de favor de Cavaco Silva, que em 2001 comprou à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), do grupo BPN, mais de 105 mil acções a um euro, que vendeu em Novembro de 2003 ganhando 147 mil euros, uma vantagem patrimonial que nunca foi explicada. Levamos o caso do BPN à discussão no plenário da Assembleia, e defendemos a alteração do regime jurídico da nacionalização, com o objectivo de responsabilizar financeiramente os accionistas do BPN pelo saldo negativo que vier a ser determinado no património do banco, um projecto chumbado pelo PS. Contestámos a distribuição antecipada de cerca de 1000 milhões de euros de dividendos da Portugal Telecom, em 2010,



para não serem cobrados os impostos devidos. E exigimos explicações sobre os aumentos dos valores dos contratos de Parcerias Público-Privadas do Estado, em 2010, em 229 milhões, 151 milhões dos quais ao consórcio Mota-Engil/BES. Pedimos contas ao Governo por ter dado uma garantia de 450 milhões de euros no BPP, com base no relatório do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças que assegurava que esse dinheiro estava garantido porque havia activos no valor de 672 milhões, o que não se verificou.

MOÇÃO DE CENSURA

Em nome das gerações sacrificadas e contra uma governação socialmente errada, no momento em que o país reclamava uma mudança de políticas o Bloco apresentou uma Moção de Censura ao Governo de José Sócrates. No mesmo dia o Governo negociou com a União Europeia e o Banco Central Europeu um novo pacote de austeridade onde propôs reduzir para um terço as indemnizações por despedimento, congelar as pensões e diminuir mesmo algumas, cortar no serviço público de saúde, aumentar os preços da electricidade e liberalizar as rendas de casa dos inquilinos mais velhos.

Recuperar a democracia e estabelecer uma economia decente, que proteja os salários e crie emprego, que tribute o sistema

financeiro e ataque as desigualdades, é o sentido principal da moção apresentada.

AS PROPOSTAS DO BLOCO

TRABALHO COM DIREITOS

Apresentámos propostas contra a precariedade, pela regularização dos trabalhadores precários da administração pública e pelo fim dos falsos recibos verdes. Batemo-nos contra os cortes nos apoios sociais e no abono de família e conta os ataques aos direitos laborais. Apresentámos propostas alternativas ao Código Contributivo. Foram aprovadas as propostas do Bloco para o reforço dos centros de emprego apoiado, e um regime de pensões de invalidez mais justo para os trabalhadores da Empresa Nacional e Urânio, S.A..

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

O Bloco esteve no centro da luta dos professores pela suspensão do modelo de avaliação dos professores. Já no final da sessão, um agendamento do Bloco permitiu chumbar o modelo de avaliação dos professores, no Parlamento. Em defesa da escola pública, apresentamos propostas de alteração do Estatuto da

Carreira Docente, defendemos a limitação do número de alunos por turma no pré-escolar, básico e secundário, insistindo na realização de concurso de vinculação para professores contratados, para acabar com a instabilidade e precariedade que há anos marca a vida destes profissionais.

Na área laboral apresentámos propostas para assegurar um contrato de trabalho aos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular. Para recuperar a gestão democrática das escolas defendemos um regime de autonomia alargada dos estabelecimentos de ensino. Propusemos a criação de um programa de distribuição gratuita e criação de bolsas de empréstimo de manuais escolares na escolaridade obrigatória. Defendemos a criação de equipas multidisciplinares e um regime de integração de psicólogos contratados nas escolas públicas. Recomendámos ao Governo a adopção de medidas urgentes para prevenir e responder à violência escolar.

Defendemos o ensino superior público reclamando, ao lado dos estudantes, mais verbas para a acção social e contestando os cortes nas Bolsas de Estudo.

ACESSO À CULTURA

A criação de legislação para a rede nacional de bibliotecas públicas foi uma das muitas expressões da importância dada

à cultura pelo Grupo Parlamentar do Bloco. Apresentámos a aprovámos propostas para a criação de um verdadeiro regime laboral e social dos trabalhadores do espectáculo e do audiovisual, combatendo a precariedade do trabalho a falso recibo verde no sector. Temos agora um regime laboral que se aplica tanto a profissões artísticas como a técnicas, técnico-artísticas e de mediação. Nenhum profissional em nenhuma equipa de espectáculo ou audiovisual se verá excluído da possibilidade de assinar contrato, e com isso demos um passo significativo para a garantia de protecção na doença, nos acidentes de trabalho, e a possibilidade de aceder ao subsídio de desemprego. Por iniciativa do Bloco foi aprovada a recomendação ao Governo para classificação como Monumento Nacional, do Complexo de Sete Fontes e da sua Zona Especial de Protecção (ZEP), no distrito de Braga.

Em 2010 levámos ao plenário da Assembleia da República os cortes de 10% nos contratos do Ministério da Cultura e obrigámos o Governo a retroceder e cumprir os contratos já assinados. E em 2011 garantimos, com a aprovação do nosso projecto de resolução, a autonomia dos teatros nacionais. Apresentámos propostas de alteração do Estatuto dos jornalistas, e no final dos trabalhos, aprovámos uma recomendação ao Governo para a promoção da recepção das emissões da RTP na Galiza.



DIREITOS REFORÇADOS E FIM DA DISCRIMINAÇÃO

Defendemos o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por respeito para com todos, e contribuimos com uma proposta concreta para esta importante alteração em matéria de direitos. Vimos aprovada a proposta de alteração do código do registo civil, permitindo que os transexuais possam alterar o registo do sexo no assento de nascimento e assim desjudicializar esse processo individual. A proposta apresentada pelo Bloco foi decisiva para alterar da Lei das Uniões de Facto depois do veto conservador do Presidente da República. O fim da discriminação dos homossexuais e bissexuais na doação de sangue, aprovado por proposta do Bloco, por unanimidade, foi outras das vitórias em matéria de direitos. O diploma aprovado eliminou as perguntas discriminatórias incluídas nos questionários realizados aos dadores homossexuais, nas unidades e serviços coordenados pelo Instituto Português do Sangue, que levavam à sua frequente exclusão na dádiva de sangue.

A regularização dos trabalhadores imigrantes que vivem em Portugal esteve igualmente nas nossas prioridades, com a apresentação de propostas concretas que visaram também facilitar a regularização dos menores estrangeiros a frequentar o sistema de ensino.

JUSTIÇA, COMBATE À CORRUPÇÃO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Participámos no debate da revisão da Reforma Penal apresentando propostas sobre Segredo de Justiça e Prazos de Inquérito. Na comissão que estudou e propôs medidas para o combate à corrupção apresentámos iniciativas legislativas para criminalizar o enriquecimento ilícito, para acabar com o sigilo bancário e para o fim da diferenciação entre corrupção para acto lícito e corrupção para acto ilícito. Fizemos aprovar alterações ao Código Penal em matéria de crimes da responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos, contemplando ainda a criação do “Crime urbanístico”. Denunciámos os atropelos aos direitos humanos nas prisões e promovemos o acompanhamento da situação nos Centros Educativos e da aplicação da Lei Tutelar de Menores. Denunciámos a falta de recursos materiais e humanos nos Tribunais e a política desastrosa de arrendamentos do Ministério da Justiça.

Por iniciativa do Bloco a Assembleia da República promoveu um Colóquio sobre a execução da Lei de combate à Violência Doméstica, onde foram apontados os avanços, mas também as insuficiências e falhas no combate a este atentado aos Direitos Humanos. Denunciámos os assassinatos de mulheres por maridos e companheiros e tornámos a colocar na agenda política a



HELENA PINTO, JOSÉ MANUEL PUREZA, CATARINA MARTINS E PEDRO FILIPE SOARES NA MANIFESTAÇÃO ANTI-NATO | LISBOA

necessidade de criação de Juízos Especializados nos Tribunais. Em matéria de Administração Interna, pedimos esclarecimentos sobre a situação em torno da aquisição de material de segurança para a Cimeira da NATO, com particular destaque para a aquisição de blindados, chamando à Comissão o Ministro Rui Pereira. Contestámos o acordo bilateral entre Portugal e os Estados Unidos da América para a cedência de dados pessoais.

ECONOMIA MAIS JUSTA

Denunciámos as parcerias público-privado como mecanismo de injustiça e de irracionalidade económica. Apresentámos a proposta de criação do orçamento base zero, ferramenta

fundamental para o rigor orçamental. Defendemos a tributação de mais-valias bolsistas e de movimentos para offshores e a limitação dos salários de gestores públicos. Defendemos a ferrovia contra a ameaça das privatizações e apresentámos uma política alternativa sobre os preços dos combustíveis. O Bloco envolveu-se na luta contra a introdução de portagens nas SCUT, e apresentou propostas concretas como a suspensão do pagamento na A28.

Em resposta à grave situação social que afecta as populações do Vale do Cávado e Ave, Braga, onde se registam dos maiores níveis de desemprego e pobreza, a nível nacional, o Bloco apresentou um plano de intervenção na região, que foi



chumbado pelo PS. Apresentámos a proposta de um programa de reabilitação urbana, como forma de criação de emprego e investimento público, assim como a constituição de uma bolsa de arrendamento, a preços acessíveis, dinamizada pelo Estado. A proposta para a redução das subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais dos partidos foi chumbada em resultado de um acordo entre PS e PSD que aprovaram um corte transitório e inferior ao defendido pelo Bloco. A proposta sobre a regulação dos serviços mínimos bancários, para limitar as taxas que os bancos cobram aos clientes, pelas suas contas, foi aprovada em texto conjunto com várias forças políticas. Para uma utilização mais racional e uma maior poupança nos meios informáticos na Administração Pública, fizemos aprovar uma proposta de utilização de formatos electrónicos livres.

DEFESA DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Na agricultura avançámos com a proposta do Banco de Terras e com propostas de preços justos no produtor. Propusemos a revogação do regime dos PIN e PIN+, a extensão das medidas de apoio aos agricultores da região afectados pelas intempéries, a criação de uma linha de crédito bonificado para a actividade agrícola, o adiamento, para correcção de falhas detectadas, da

discussão pública do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, ou um regime de boas práticas ambientais para os campos de golfe. Apresentámos a proposta de suspensão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, opondo-nos às restrições e condicionantes à actividade das populações do Parque, e sua taxação, e requeremos audições parlamentares sobre este tema ao Secretário de Estado do Ambiente, ao Director de Gestão das Áreas Classificadas do Norte, aos Presidentes das Câmaras Municipais de Terras de Bouro, de Arcos de Valdevez, de Melgaço, de Ponte da Barca e de Montalegre e, ainda, ao Movimento Peneda Gerês Com Gente.

Apoiando a luta das populações de Barcelos, contra a exploração de caulinos, o grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou uma proposta, aprovada por todos os partidos, à excepção do PS, para a suspensão desta actividade e revogação da concessão atribuída, e exigiu a realização de um Estudo de Impacto Ambiental na região, que foi aprovada apenas com os votos contra dos deputados do PS.

Defendemos a atribuição de mais competências e meios financeiros das Zonas de Intervenção Florestal, permitindo uma gestão mais articulada e eficaz da floresta, com vista a prevenir e minimizar as consequências dos incêndios florestais.

Em matéria de organização do território aprovámos a integração do concelho de Mação na unidade territorial do Médio Tejo, assim como a recomendação ao Governo para que concretize o projecto de estabilização das encostas de Santarém, em texto comum com outros partidos. Aprovámos também a prorrogação por um ano do prazo de entrada em vigor do Código Florestal, o que permitirá o aperfeiçoamento do diploma. Propusemos mudanças substanciais na Lei de Bases do Ambiente, apresentando um diploma próprio. Realizámos também sessões públicas de debate sobre temas ligados à crise em alguns sectores produtivos, como é o caso do sector leiteiro.

Aprovámos um projecto que visa a recolha e disponibilização dos dados estatísticos necessários à prossecução dos objectivos do Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações agro-alimentares, para uma maior transparência nos mercados e na formação dos preços entre a produção e a grande distribuição.

REFORÇO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Pelo reforço e defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) o Bloco propôs uma alteração da política do medicamento, que contempla o direito do doente a optar pelos genéricos e à pres-

crição por substância activa. Em matéria de doenças crónicas, foram aprovadas as propostas do Bloco para a isenção do pagamento das taxas moderadoras de portadores de Psoríase, Epilepsia, Doença Inflamatória do Intestino, assim como a participação dos medicamentos para doentes com Psoríase. O Bloco fez também aprovar no Parlamento a revogação das taxas moderadoras para as cirurgias de ambulatório e internamentos, levando a que o Governo as retirasse do OE para 2010, depois de ter chumbado o fim desses pagamentos no início do ano. A dispensa gratuita de medicamentos após a alta em situações de cirurgia de ambulatório e de internamento, pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS, foi outra das vitórias do Bloco nesta legislatura. Aprovámos um projecto que recomenda a suspensão do despacho do Governo que limitou o transporte de doentes não urgentes. De igual modo conseguimos que outras bancadas se associassem ao projecto de lei do Bloco para repor o preço dos medicamentos nas embalagens, meses depois do Governo ter retirado a obrigatoriedade, e vimos aprovada essa proposta.

As grandes carências do SNS em matéria de recursos humanos levaram a que o Bloco promovesse uma interpelação ao Governo sobre este assunto, e a apresentar propostas concretas para resolver esta carência: uma iniciativa legislativa para



garantir, como direito inviolável, que cada cidadão tem direito a ter médico de família, e outro projecto que visava para fazer regressar ao SNS médicos reformados, sem prejuízo das suas pensões de reforma. Esta medida pretende acabar com a falta de médicos, quer por terem atingido a idade da reforma, noutros casos por antecipação da mesma, quer na sequência das alterações introduzidas pelo governo no regime de aposentação da administração pública.

Propusemos a criação de uma rede nacional de cuidados paliativos e de um Banco Público de gâmetas. O Bloco foi o primeiro partido a apresentar um projecto de lei sobre o Testamento Vital, para os direitos dos cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de ficarem em situação de incapacidade para exprimirem a sua vontade.

EUROPA E RELAÇÕES EXTERNAS

Defendemos o reforço da participação do parlamento português no acompanhamento das questões europeias e combatemos a imposição de um visto prévio aos orçamentos nacionais. Numa iniciativa pioneira, propusemos o reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal. Evidenciámos a nossa solidariedade com a luta do mundo árabe pela democracia e do povo saharauí pelos direitos humanos e a auto-determinação.

Batemo-nos pelo respeito dos direitos das minorias em todo o mundo, como os dos ciganos arbitrariamente expulsos de França.

DEMOCRACIA FORTALECIDA

Numa legislatura com mandato para rever a Constituição, o Bloco apresentou a sua proposta de revisão orientada para reforçar os direitos civis e sociais, e dar primazia do poder político democrático sobre o poder económico. Propusemos, entre outras, a constitucionalização do carácter público da Caixa Geral de Depósitos, a gratuidade do Serviço Nacional de Saúde e de todos os níveis de ensino, o direito ao voto aos 16 anos, a garantia de que o Estado assegurará, em caso de necessidade, a quem não possa pagar, o direito a consumos mínimos vitais de água e energia doméstica, e a necessidade de autorização prévia da Assembleia da República para o envolvimento de contingentes militares e de forças de segurança no estrangeiro.



Na página do grupo parlamentar do Bloco encontra as intervenções, projectos de lei, requerimentos e perguntas bloquistas ao governo. Mas também pode ver os vídeos das intervenções e contactar directamente os deputados via correio electrónico

beparlamento.esquerda.net

BLOCO DE ESQUERDA - SEDE NACIONAL | RUA DA PALMA, 268 | 1100-394 LISBOA